



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 325031-7 – Recife (1ª Vara Regional de Execução Penal)

Impetrantes: Os Béis Carlos Henrique Soares Santos e Carlos Roberto da Silva Neto
Paciente: Adalberto da Costa Gadelha
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Relator Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Convocado:
Procuradora: Drª. Andréa Karla Maranhão Conde Freire
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

EMENTA: PROCESSUAL PENAL E EXECUÇÃO PENAL. *HABEAS CORPUS*. PRISÃO DOMICILIAR. PACIENTE ACOMETIDO DE PATOLOGIAS GRAVES, RECONHECIDAS PELA PRÓPRIA AUTORIDADE APONTADA COMO COATORA. LIMINAR CONFERIDA E CONFIRMADA. ORDEM CONCEDIDA.

1. Avultando dos autos que as patologias graves que acometem o paciente aconselham a sua manutenção, por mais 60 (sessenta) dias, em prisão domiciliar, é de ser concedida a ordem, sem prejuízo da observância das demais condições já impostas pelo Juízo das Execuções, inclusive sob o prisma de nova avaliação do seu estado clínico, findo o prazo concedido.

2. *Habeas Corpus* concedido. Decisão unânime.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* n.º 325031-7, da Comarca do Recife, em que são partes as acima indicadas. Acordam, unanimemente, os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia ____/____/____, em conceder a ordem, tudo de acordo com a ementa e os votos anexos, que fazem parte do julgado.

Recife, ____/____/____.

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto

Relator Convocado



Habeas Corpus n.º 325031-7 – Recife (1ª Vara Regional de Execução Penal)

Impetrantes: Os Béis Carlos Henrique Soares Santos e Carlos Roberto da Silva Neto
Paciente: Adalberto da Costa Gadelha
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Relator: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Convocado:
Procuradora: Drª. Andréa Karla Maranhão Conde Freire
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

RELATÓRIO

Os Béis. Carlos Henrique Soares Santos e Carlos Roberto da Silva Neto impetraram o presente habeas corpus, com anseio de liminar, em favor de Adalberto da Costa Gadelha. A autoridade indigitada coatora é o Exmº. Sr. Juiz da 1ª Vara Regional de Execução Penal da Capital.

Na atrial de fls. 02 a 05, os impetrantes requereram, em sede de liminar e em suma, a manutenção do cumprimento da pena do paciente em regime de prisão domiciliar, e, no mérito, a concessão da ordem, com a confirmação da liminar.

Ressaltam que o paciente é militar reformado, sexagenário e com problemas de saúde, e que em 12 de agosto de 2013 a autoridade coatora concedeu a prisão domiciliar do paciente pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com fundamento nas informações prestadas pelo presidente do Centro de Reeducação da PM e do parecer médico, tendo em vista, não dispor o referido estabelecimento prisional de estruturas para custodiar o paciente.

Aduzem, ainda, que, na data de 09.12.2013, interpuseram uma petição pedindo a manutenção da prisão domiciliar, porém a petição somente foi acostada aos autos na data de 06/01/2014 e que o prazo final da prisão domiciliar encerrou-se dia 12/02/2014.



A exordial veio instruída com cópias da decisão concedendo a prisão domiciliar, petição com o pedido de manutenção de prisão domiciliar e vários atestados e pareceres médicos.

O eminente Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva, em substituição, através o posicionamento de fl. 37, reservou-se para apreciar o pleito de liminar depois das informações da autoridade impetrada, que foram prestadas por meio do expediente de fl. 42, com a clarificação de que o pleito de manutenção da prisão domiciliar está no aguardo, para posterior decisão, das informações solicitadas ao CREED.

O insigne Desembargador Roberto Ferreira Lins, via *decisum* de fls. 44 a 45, concedeu a liminar requestada, ordenando a manutenção da prisão domiciliar do paciente por mais 60 (sessenta) dias, requisitando, pela mesma decisão, informações complementares à autoridade impetrada, que foram prestadas pelo ofício de fl. 55, dando conta de que o Ministério Público emitiu parecer favorável à manutenção da prisão domiciliar, acrescentando que foram solicitadas novos esclarecimentos ao CREED, acerca das necessidades do paciente, com a determinação da juntada aos autos de laudo médico emitido pela junta médica da SERES, no qual sejam expostas as necessidades diárias do reeducando.

A Procuradoria de Justiça, através do parecer de fls. 59 a 60, opinou no sentido da concessão da ordem, por entender que os documentos alojados neste *Writ* dizem que o paciente sofreu acidente vascular cerebral, sendo portador de problemas coronários e pulmonares, ressaltando que a própria unidade prisional, por seu diretor, esclareceu que aquele presídio não apresenta condições estruturais para conferir suporte de atendimento ao reeducando, acrescentando que a autoridade impetrada limitou-se a reiterar que solicitou maiores informações sobre o estado clínico do enfocado Adalberto da Costa Gadelha.

É o relatório.

VOTO

Senhores Desembargadores, Senhor(a) Procurador(a) de Justiça.



O preclaro Desembargador Roberto Ferreira Lins, quando exarou a decisão concessiva da liminar (fls. 44 a 45), destacou, *ipsis litteris*:

“Exarei despacho na fl. 37 reservando-me para apreciar o pedido de liminar após as informações da indigitada autoridade coatora. Com a resposta, o juízo das execuções informa que o processo foi encaminhado ao Ministério Público em 07/01/2014 e retornou na data de 13/01/2014. Na data de 16/01/2014 a autoridade coatora proferiu despacho acolhendo a cota ministerial, requisitando informações ao CREED, porém até a presente data não houve resposta.

A prisão domiciliar tem previsão legal no artigo 117 da Lei de Execuções Penais, e dentre os requisitos autorizadores para o cumprimento da pena em domicílio está o acometimento de doenças graves.

Posto isso, não hesito em conceder a liminar requerida, para determinar, como determino, a manutenção da prisão domiciliar pelo prazo de 60 (sessenta), mediante as demais condições já impostas pelo Juízo das Execuções penais, o que faço com inspiração da sobredita Lei de Execuções Penais.

Comunique-se o inteiro teor desta decisão à autoridade impetrada, com a solicitação concomitante de informações complementares, que deverão ser prestadas em dez (10) dias.

Prestadas as informações, remetam-se os autos à Procuradoria, para emissão de parecer.”

Pois bem.

O artigo 40 da Lei nº 7.210/84 dispõe:

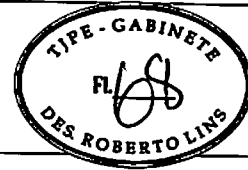
“Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios”.

Da leitura do artigo 117, *caput*, e seu inciso II, da mesma Lei Execução Penal, dispositivo esse invocado pela própria autoridade indicada como coatora na decisão concessiva da prisão domiciliar ao paciente (fls. 06 a 07), colhe-se, com a clareza da luz do dia, o seguinte:

“Art. 117. Somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 325031-7 – Recife (1ª Vara Regional de Execução Penal)

- I – *omissis*.....;
- II – *condenado acometido de doença grave*;
- III – *omissis*.....;
- IV – *omissis*.....;”.

Constato que nenhum fato novo, depois da liminar concedida, surgiu como impeditivo da permanência do paciente em prisão domiciliar, pois o seu estado de saúde permanece grave, até mesmo pelas patologias das quais está acometido.

Nessas condições, não hesito, com o aditamento do parecer da operosa Procuradoria de Justiça, em votar no sentido da concessão da ordem, confirmando a liminar de fls. 44 a 45, e determinando a manutenção da prisão domiciliar do paciente por mais 60 (sessenta) dias, mediante as demais condições já impostas pelo Juízo das Execuções Penais, inclusive em nível de nova avaliação clínica do seu estado, findo o prazo concedido neste *Writ*.

É como voto.

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Relator Convocado